

Demonstrações Financeiras

Central Hidrelétrica Sucuri S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

Central Hidrelétrica Sucuri S.A.

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações dos resultados.....	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	9
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Acionistas e Diretores da
Central Hidrelétrica Sucuri S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Central Hidrelétrica Sucuri S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.



Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Debêntures e cláusulas contratuais restritivas (“Covenants”)

Conforme divulgado na nota explicativa nº 8 às demonstrações financeiras, a Companhia possui passivos financeiros em montantes significativos, os quais compreendem debêntures emitidas no montante de R\$11.751 mil. Dada a natureza e volume destas operações financeiras, a Companhia está sujeita ao atendimento de determinados índices financeiros restritivos (“covenants”).

O endividamento da Companhia, incluindo o cumprimento aos índices financeiros contratados, foi considerado significativo para nossa auditoria, tendo em vista que o descumprimento desses índices financeiros, e consequente alteração no cronograma de vencimento dessa dívida podem resultar em efeitos relevantes em relação a situação patrimonial e financeira da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu este assunto:

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros: (i) envio de cartas de confirmação às instituições financeiras e agentes fiduciários; (ii) revisão das escrituras de debêntures e dos aditivos contratuais; (iii) recálculo das memórias de cálculo dos índices financeiros constantes das cláusulas restritivas, avaliando a aderência aos requerimentos dos respectivos contratos de dívida e cumprimento dos *covenants* qualitativos; e (iv) avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados relacionados ao endividamento e correspondentes cláusulas contratuais restritivas (“covenants”), que está consistente com a avaliação da Administração, entendemos que os critérios e premissas utilizadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas retromencionadas, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 31 de março de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC - SP-034519/O



Fulvio A. Matias de Carvalho
Contador CRC-SP-294991/O

Central Hidrelétrica Sucuri S.A.

Balancos patrimoniais

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	2022	2021
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	41	69
Contas a receber	5	255	237
Conta de energia - CER	6	1.039	769
Impostos a recuperar		5	5
Aplicações financeiras (caixa restrito)		243	-
Despesas antecipadas		7	-
		1.590	1.080
Não circulante			
Aplicações financeiras (caixa restrito)	4	243	439
Conta de energia - CER	6	553	774
		796	1.213
Imobilizado			
	7	16.656	17.050
		16.656	17.050
		17.452	18.263
Total do ativo		19.042	19.343
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		125	110
Debêntures	8	1.640	1.496
Dividendos a pagar	9	120	120
Obrigações tributárias		30	13
Imposto de renda e contribuição social	15	31	22
Impostos Parcelados		140	152
Outras contas a pagar		-	15
		2.086	1.928
Não circulante			
Debêntures	8	10.111	10.759
Empréstimos de partes relacionadas	9	2.083	2.099
Dividendos a pagar	9	493	382
Impostos parcelados		-	139
		12.687	13.379
Patrimônio líquido			
Capital social	11	2.800	2.800
Reserva legal		78	95
Reservas de lucros		1.391	1.141
Total do patrimônio líquido		4.269	4.036
Total do passivo e do patrimônio líquido		19.042	19.343

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Hidrelétrica Sucuri S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Nota</u>	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receita líquida de vendas	12	3.836	3.776
Custo dos serviços	13	(887)	(696)
Lucro Bruto		2.949	3.080
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	13	(155)	(365)
Despesas tributárias	13	(21)	(26)
		(176)	(391)
Lucro operacional antes das receitas e despesas financeiras		2.773	2.689
Resultado financeiro líquido			
Receitas financeiras	14	52	14
Despesas financeiras	14	(2.358)	(2.408)
		(2.306)	(2.394)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		467	295
Imposto de renda e contribuição social - correntes	15	(123)	(61)
Lucro líquido do exercício		344	234

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Hidrelétrica Sucuri S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	344	234
Total do resultado abrangente do exercício	<u>344</u>	<u>234</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Hidrelétrica Sucuri S.A.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	Nota	Reservas de lucros		Lucros acumulados	Total	
		Capital social	Reserva Legal			Reserva de lucros a realizar
Em 31 de dezembro de 2020	11	2.800	84	970	-	3.854
Lucro líquido do exercício		-	-	-	234	234
Destinação do lucro:						
Dividendos a pagar		-	-	-	(52)	(52)
Reserva de retenção de lucros		-	-	170	(170)	-
Reserva legal		-	12	-	(12)	-
Em 31 de dezembro de 2021		2.800	95	1.141	-	4.036
Lucro líquido do exercício		-	-	-	344	344
Destinação do lucro:						
Dividendos a pagar		-	-	-	(111)	(111)
Reserva de retenção de lucros		-	-	250	(250)	-
Reserva legal		-	(17)	-	17	-
Em 31 de dezembro de 2022		2.800	78	1.391	-	4.269

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Hidrelétrica Sucuri S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa
Em 31 de dezembro 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em Milhares reais)

	Nota	2022	2021
Atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		344	234
Ajuste para reconciliar o lucro líquido com o fluxo de caixa			
Depreciação	7	394	395
Juros sobre debêntures	8	1.916	2.237
Rendimento de aplicação financeira		(52)	(13)
Custos de transação de debêntures	8	307	95
		2.909	2.948
(Aumento) redução de ativos			
Conta de energia - CER		(48)	(645)
Contas a receber		(18)	257
Despesas antecipadas		(7)	-
		(73)	(388)
Aumento (redução) de passivos			
Impostos parcelados		(151)	(330)
Fornecedores		12	6
Obrigações tributárias		133	184
Outras obrigações		(15)	7
		(21)	(133)
(-) Imposto de renda e contribuição social pagos	15	(108)	(76)
(-) Pagamento de juros sobre debêntures	8	(1.082)	(1.078)
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades operacionais		1.624	1.273
Atividades de investimento			
Movimentação ocorrida na Aplicação (Caixa Restrito)		249	(53)
Fluxo de caixa líquido aplicado em atividades de investimento		249	(53)
Atividades de financiamento			
Pagamento de empréstimo de partes relacionadas	9	(15)	(600)
Pagamento principal debêntures	8	(1.643)	(1.008)
Fluxo de caixa líquido originado das (consumido pelas) atividades de financiamento		(1.658)	(1.608)
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa		215	(388)
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		69	457
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		284	69
Variação em caixa e equivalentes de caixa		215	(388)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Central Hidrelétrica Sucuri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Central Hidrelétrica Sucuri S.A. (“Companhia”), sociedade anônima de capital fechado, constituída em 20 de outubro de 2015, possui sede na Rodovia TO-110, km 23, Loteamento Ribeirão Bonito Lote 3/4 — C, S/N, Zona Rural, Município de Ponte Alta Do Bom Jesus, Estado do Tocantins.

A Companhia tem por objeto social a geração e comercialização de energia elétrica de origem hidráulica, mediante a exploração da Central Hidrelétrica Sucuri.

Em 17 de novembro de 2016, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) por meio do Despacho nº 3000, habilitou a Companhia no leilão nº 03/2016-ANEEL, licitando a contratação de energia de reserva proveniente de empreendimentos de geração, a partir das fontes solar fotovoltaica e hidrelétrica, destinada ao Sistema Interligado Nacional (SIN), no Ambiente de Contratação Regulada (ACR).

Em 7 de março de 2017, por meio da Portaria nº 83, a Companhia obteve autorização do Ministério de Minas e Energia (MME), a estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica, mediante a exploração de potencial hidráulico localizado no Ribeirão Bonito, Município de Ponte Alta do Tocantins, Estado do Tocantins, nas Coordenadas Planimétricas E=357029 m e N=8681127 m, Fuso 23S, DATUM SIRGAS2000, por meio da implantação da Central Geradora Hidrelétrica denominada CGH Sucuri, cadastrada com o Código Único do Empreendimento de Geração — CEG: CGH.PH.TO.035733-2.01, com 2.750 kW de capacidade instalada e 1.350 kW médios de garantia física de energia, constituída por uma Unidade Geradora.

A energia elétrica a ser produzida pela Companhia destinará a comercialização na modalidade de Produção Independente de Energia Elétrica.

O início do período de suprimento de energia elétrica, que estava previsto para 1º de março de 2020, conforme estabelecido no Contrato de Energia de Reserva (CER), datado de 23 de fevereiro de 2017, sendo que foi antecipado para 11 de abril de 2018, em decorrência da entrada em operação comercial da unidade geradora, desta forma, o suprimento operou em regime de antecipação de energia até 29 de fevereiro de 2020. O fornecimento foi contratado por 30 (trinta) anos, sendo a receita da venda paga no âmbito da Liquidação Financeira Relativa à Contratação de Energia de Reserva a R\$214,00 (preço de venda na data do leilão).

1.1. Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresenta Capital circulante líquido (“CCL”) negativo de R\$495 (R\$848 negativo em 2021), todavia, apresenta lucro líquido de R\$344 (R\$234 em 2021), e caixa líquido positivo, gerado pelas atividades operacionais de R\$1.624 (R\$1.273 em 2021). Nesse contexto, a Administração avaliou a capacidade da Companhia de continuar operando normalmente e está convencida de que possui recursos e geração de caixa operacional suficientes para dar continuidade aos seus negócios no futuro.

Central Hidrelétrica Sucuri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

1.1. Continuidade operacional--Continuação

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade operacional.

1.2. Impactos COVID-19

A Companhia analisou os impactos da COVID-19 e não identificou quaisquer mudanças nas circunstâncias que indiquem “*impairment*” de seus ativos, descontinuidade operacional, ou que requeiram ajustes nas suas demonstrações financeiras referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia não possui outros resultados abrangentes, portanto, o único item de resultado abrangente total é o resultado do exercício.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico é baseado no valor das contraprestações pagas em troca de ativos.

Os dados não financeiros incluídos nestas demonstrações financeiras, tais como capacidade de produção de energia instalada, dados contratuais, projeções e seguros, não foram auditados.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração em 31 de março de 2023.

Central Hidrelétrica Sucuri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

2. Apresentação das demonstrações financeiras--Continuação

2.2 Declaração de relevância

A Administração da Companhia aplicou na elaboração das demonstrações financeiras a orientação técnica OCPC 07, com a finalidade de divulgar somente informações relevantes, que auxiliem os usuários das demonstrações financeiras na tomada de decisões, sem que os requerimentos mínimos existentes deixem de ser atendidos. Além disso, a Administração afirma e evidencia que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão do negócio.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando o real (R\$), moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua, sendo a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações financeiras foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração faça julgamentos, utilizando estimativas e premissas baseadas em fatores objetivos e subjetivos e em opinião de assessores jurídicos, para determinação dos valores adequados para registro de determinadas transações que afetam ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados reais dessas transações podem divergir dessas estimativas.

Esses julgamentos, estimativas e premissas são revistos ao menos anualmente e eventuais ajustes são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas.

Julgamentos, estimativas e premissas considerados críticos na elaboração destas demonstrações financeiras estão relacionados aos seguintes aspectos:

- Conta de energia - CER (nota 6)
- Vida útil dos bens do imobilizado (nota 7);
- Teste de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*) (nota 7);
- Provisão para demandas judiciais (nota 10).

Central Hidrelétrica Sucuri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e as aplicações financeiras de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

3.2 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade.

i) Ativos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” (também referido como teste de “SPPI”) sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

Central Hidrelétrica Sucuri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*--Continuação

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ela gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais enquanto ativos financeiros classificados e mensurados ao valor justo em contrapartida a outros resultados abrangentes são mantidos em modelo de negócio com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais e com o objetivo de venda.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida);
- Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Central Hidrelétrica Sucuri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

c) *Classificação e mensuração*

A Administração determina a classificação de seu ativo financeiro no reconhecimento inicial, dependendo do modelo de negócio e da finalidade para a qual o ativo financeiro foi adquirido. Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia possui apenas ativos financeiros, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado, conforme características a seguir:

Custo amortizado

Um ativo financeiro é classificado e mensurado pelo custo amortizado, quando tem finalidade de recebimento de fluxos de caixa contratuais e gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada em nível de instrumento. Os ativos mensurados pelo valor de custo amortizado utilizam método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução de valor recuperável. A receita de juros é reconhecida por meio da aplicação de taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento de juros seria imaterial.

Nestas demonstrações financeiras, a Companhia possui instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes) e são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/ (perdas). As perdas por *impairment* são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado.

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os valores são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação.

Central Hidrelétrica Sucuri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.3 Instrumentos financeiros--Continuação

i) Ativos financeiros--Continuação

c) *Classificação e mensuração*--Continuação

Custo amortizado--Continuação

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios da propriedade.

ii) Passivos financeiros

a) *Reconhecimento inicial e mensuração*

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores, debêntures, dividendos a pagar, outras contas a pagar e partes relacionadas.

b) *Mensuração subsequente*

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e
- Passivos financeiros ao custo amortizado.

Central Hidrelétrica Sucuri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

ii) Passivos financeiros--Continuação

b) *Mensuração subsequente--Continuação*

A entidade deve classificar todos os passivos financeiros como mensurados subsequentemente ao custo amortizado a menos que os passivos financeiros atendam às exceções previstas no CPC 48, tais como: instrumentos financeiros derivativos; derivativos embutidos; contratos de garantia financeira; compromissos de conceder empréstimo com taxa de juros abaixo do mercado; contraprestação contingente reconhecida em combinação; e demais opções previstas nesse pronunciamento.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, todos os passivos financeiros da Companhia estão, para fins de mensuração subsequente, classificados como ao custo amortizado.

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

iii) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Central Hidrelétrica Sucuri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.2 Instrumentos financeiros--Continuação

iv) Valor justo e redução ao valor recuperável de ativos financeiros (*impairment*)

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Não foram identificadas evidências de *impairment*.

v) Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge

A Companhia não tem contrato ou operou com instrumentos derivativos, assim como não efetuou transações com esses instrumentos durante o exercício de 2022 e 2021. Também, não adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*).

3.3 Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

3.4 Imobilizado

i Os itens do imobilizado são registrados ao custo histórico de aquisição, construção ou formação e estão deduzidos da depreciação acumulada e, quando aplicável, pelas perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração, como também os custos de financiamento obtidos de terceiros relacionados com a aquisição de ativos qualificados, deduzido das receitas financeiras dos recursos de terceiros não utilizados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Central Hidrelétrica Sucuri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.4 Imobilizado--Continuação

A depreciação dos itens do ativo imobilizado ocorre pelo método linear, levando em consideração a vida útil-econômica estimada de cada componente, desde que a vida útil estimada dos bens não ultrapasse o prazo da autorização, quando, então, são depreciados por este prazo. Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização. As taxas de depreciação estão de acordo com a Resolução Normativa nº 674/15 emitida pela ANEEL a partir de 1 de janeiro de 2016, que altera as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico (MCPSE), aprovado pela Resolução Normativa nº 367/09, limitadas ao período de autorização, apesar de não estarmos obrigados a seguir as regras constantes na Aneel usamos esse manual como referência.

Os ganhos e as perdas na alienação/baixa de uma ativo imobilizado são apurados pela comparação dos recursos advindos da alienação com o valor contábil do bem e são reconhecidos ao líquido, dentro de outras receitas/despesas operacionais. Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

3.5 Testes de recuperabilidade de ativos (teste de *impairment*)

Os ativos não circulantes são revisados e submetidos anualmente ao teste de "*impairment*" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Os ativos não financeiros que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço.

A Administração avaliou e conclui que não há indicativos de *impairment*.

Central Hidrelétrica Sucuri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.6 Debêntures

Debêntures são reconhecidas, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que as dívidas estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

As debêntures são classificadas como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os das debêntures que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

3.7 Provisões

As provisões são registradas quando: (a) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já ocorridos; (b) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (c) o valor puder ser estimado com segurança.

A Companhia não possui obrigações de aposentadoria ou outras obrigações pós-emprego, ou ainda remunerações baseadas em ações.

(a) Provisão para demandas judiciais

As práticas contábeis para registro e divulgação de ativos e passivos contingentes e obrigações legais são as seguintes: i) passivos contingentes são provisionados quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os valores envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa e os passivos avaliados como perda remota não são provisionados nem divulgados; e ii) Obrigações legais são registradas como exigíveis independente da avaliação sobre as probabilidades de êxito.

Central Hidrelétrica Sucuri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.8 Imposto de renda e contribuição social

Imposto de renda e contribuição social - correntes

Ativos e passivos de tributos correntes referentes aos exercícios corrente e anterior são mensurados pelo valor esperado a ser recuperado ou pago às autoridades tributárias, utilizando as alíquotas de tributos que estejam aprovadas no fim do exercício que está sendo reportado o lucro tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A Administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

As alíquotas aplicáveis do imposto de renda e da contribuição social são de 15 % e 9%, respectivamente.

Conforme facultado pela legislação tributária, as companhias cujo faturamento anual do exercício anterior tenha sido inferior a (R\$78.000 a partir de 2014) no ano calendário anterior, podem optar pelo regime de lucro presumido. A base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% e a da contribuição social à razão de 12% sobre as receitas brutas (32% quando a receita for proveniente da prestação de serviços e 100% das receitas financeiras), sobre as quais aplicam-se as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

Para o exercício de 2022 e 2021 a Companhia optou pelo regime tributário Presumido.

3.9 Demais passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias.

3.10 Capital social

As ações ordinárias são classificadas como instrumentos financeiros de patrimônio, portanto são apresentadas no patrimônio líquido.

Central Hidrelétrica Sucuri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.11 Receitas de venda de energia elétrica

A receita operacional advinda do curso normal das atividades da Companhia é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco passos: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita proveniente da venda da geração de energia é registrada com base na energia gerada e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso.

A energia produzida pela Companhia é vendida atualmente na modalidade CER – Contrato de Energia de Reserva o qual é registrado junto a CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica).

O contrato da Companhia possui as seguintes características: (i) Quantidades de energia por MWh mensais determinadas, ou seja, a Companhia tem a obrigação de entregar a energia contratada prevista no contrato CER; (ii) Preços fixos da energia por MWh durante toda vigência do contrato; (iii) As obrigações de desempenho são atendidas mensalmente, uma vez que é dessa forma que os contratos são firmados e controlados; (iv) A Companhia não possui histórico de inadimplência, ou seja, o recebimento da contraprestação da obrigação de desempenho não é afetado em função do risco de crédito.

Central Hidrelétrica Sucuri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

3.12 Normas e interpretações novas e revisadas

(a) Revisadas e vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios	Referência à Estrutura Conceitual	01.01.2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado	Imobilizado: Recursos Antes do Uso Pretendido	01.01.2022
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes	Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato	01.01.2022
CPC 27 - Ativo Imobilizado		
CPC 43 (R1) - Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPCs 15 a 41	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRS's 2018–2020	01.01.2022
CPC 48 - Instrumentos Financeiros		
CPC 06 (R2) - Arrendamentos		
CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola		

A Administração da Companhia avaliou os pronunciamentos acima e não foram identificados impactos relevantes nas demonstrações financeiras.

(b) Revisadas e não vigentes:

Norma	Alteração	Vigência a partir de
CPC 50 - Contratos de Seguros	Nova norma	01.01.2023
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas		
CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto	Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou joint venture	Não definida
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes	01.01.2023
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis	Divulgação de políticas contábeis	01.01.2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Definição de estimativas contábeis	01.01.2023
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Impostos diferidos ativos e passivos originados de transação única ("single transaction")	01.01.2023

A Administração da Companhia está em processo de análise dos impactos dos pronunciamentos destacados acima.

Central Hidrelétrica Sucuri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa, e aplicação financeira (caixa restrito)

	2022	2021
Caixa	5	1
Banco conta movimento	-	1
Aplicações financeiras (ii)	40	67
Aplicação financeira (caixa restrito - CP) - (i)	243	-
Ativo circulante	284	69
	2022	2021
Aplicação financeira (caixa restrito) - (i)	243	439
	243	439

As aplicações financeiras são realizadas com bancos de primeira linha, reduzindo o risco de crédito, e a sua remuneração se aproxima do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI) por prazo não superior a 90 dias as aplicações, com exceção as de caixa restrito, podem ser resgatadas a qualquer momento

- (i) Com a finalidade de garantir os pagamentos das obrigações da Escritura da 1ª emissão de debêntures simples, celebrada entre a Companhia e o agente fiduciário, foi firmado "Contrato de Cessão fiduciária de direitos creditórios e outras avenças". Como resultado a Companhia cede todos os direitos sobre a conta vinculada, incluindo seu saldo e suas aplicações financeiras, com valores mínimos pré-definidos de acordo com o contrato. Tais aplicações em caixa restrito podem ser resgatadas a medida que houver excedentes de acordo com o previsto na Escritura de Debêntures
- (ii) Tratam-se de aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são realizadas com bancos de primeira linha, reduzindo o risco de crédito, e a sua remuneração se aproxima a 100% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), por prazo não superior a 90 dias. As aplicações, com exceção as de caixa restrito, podem ser resgatadas a qualquer momento.

5. Contas a receber

	2022	2021
Fornecimento de energia - CCEE (a)	255	234
Fornecimento de energia - MCP (b)	-	3
	255	237

- (a) Venda de energia para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), liquidadas no mês subsequente, conforme prevê o contrato de Comercialização de Energia de Reserva.
- (b) Energia vendida no mercado de curto prazo — MCP. Com base em uma avaliação das garantias e histórico de recebimentos, a Companhia realizou uma análise deste contas a receber e concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021, nenhuma provisão de perda esperadas de créditos de liquidação duvidosa (PECLD) foi constituída, em decorrência da inexistência de perdas prováveis na realização do contas a receber.

Central Hidrelétrica Sucuri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

6. Conta de Energia - CER

A Conta de Energia está prevista no Contrato de Energia de Reserva (CER) e visa mitigar as incertezas relacionadas à produção de energia. Nesta conta são contabilizadas as diferenças entre os montantes de energia gerada e de energia efetivamente contratada. Também são contabilizados os desvios positivos e negativos de geração.

Em 31 de dezembro de 2022 constavam desvios positivos (Positivos em 2022), ou seja, a Companhia gerou mais do que o contratado.

Existem dois processos de apuração do saldo acumulado da Conta de Energia, um ao final de cada ano contratual e outro ao final de cada quinquênio, sendo que no último ano de cada quinquênio, ambos os processos serão realizados.

O controle dessa conta, inicialmente, é realizado pela Companhia, em conjunto com empresa contratada para gerir o contrato de fornecimento, e ao final de cada ano contratual é confrontado com o saldo apurado pela CCEE e ao fim do quinquênio será realizada nova confrontação.

O citado contrato estabelece limites para os desvios negativos com aplicação de penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

O ressarcimento por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância — 10%) de geração será liquidado mediante compensação ou pagamento em 12 (doze) parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, ao preço a vigor no período contratual subsequente ao ano contratual.

Os ressarcimentos por desvios negativos que estiverem na faixa de tolerância (até 10% de geração) serão realizados mediante pagamento de 12 (doze) parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, ao preço a vigor no 1º (primeiro) ano contratual do quinquênio seguinte, acrescido de 15% (quinze por cento).

Para os desvios anuais entre dez e trinta por cento a maior, em relação à obrigação contratual de suprimento, serão reembolsadas em 12 (doze parcelas) mensais uniformes no ano contratual seguinte ao preço vigente na ocasião.

Ao final de cada ano contratual a energia gerada acima da energia contratada, ou seja, por desvios positivos acima de 30% (trinta por cento) a maior, em relação à obrigação contratual de suprimento anual, será reembolsada ao gerador, em 12 (doze parcelas) mensais uniformes no ano contratual seguinte, pelo valor de 90% (noventa por cento) do preço do contrato vigente no ano contratual seguinte.

Central Hidrelétrica Sucuri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

6. Conta de Energia - CER--Continuação

O Ano contratual para apuração da energia gerada é computado de 1º de março de cada ano a 28 (ou 29) de fevereiro do ano seguinte. A CCEE tem até 60 dias para divulgar o resultado da apuração.

Durante o exercício de 2022 a Companhia apurou o período de 01/03/2021 à 28/02/2022 onde foi produzido 144% da energia contratada. O próximo período se encerra em 2023, até 31/12/2022 a Companhia já havia atendido 138% da energia contratada.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Conta de energia - CCEE – Ativo circulante	1.039	769
Conta de energia - CCEE - Ativo não circulante	553	774
	<u>1.592</u>	<u>1.543</u>

7. Imobilizado

a) Composição do imobilizado

		<u>2022</u>		<u>2021</u>	
	Taxas médias anuais de depreciação (i)	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	50		50	50
Turbina	2.47%	2.827	(260)	2.567	2.638
Conduto	2.22%	1.250	(134)	1.115	1.154
Gerador	3,28%	2.311	(308)	2.003	2.080
Comportas	3.28%	637	(85)	552	573
Casa de máquinas	1,65%	2.109	(141)	1.969	2.004
Câmara de carga	1,65%	2.009	(134)	1.875	1.909
Barragem	1,65%	6.986	(467)	6.519	6.636
Máquinas e equipamentos	10,00%	7	(1)	6	7
Total		<u>18.186</u>	<u>(1.530)</u>	<u>16.656</u>	<u>17.050</u>

- (i) A Companhia utilizou os preceitos do laudo de avaliação elaborado por especialistas para fins de determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, substancialmente, a vida útil-econômica dos ativos.

Central Hidrelétrica Sucuri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado--Continuação

b) A movimentação do imobilizado é como segue:

	2021	Adições	Depreciação	2022
Terrenos	50	-	-	50
Turbina	2.638	-	(71)	2.567
Conduto	1.154	-	(38)	1.115
Gerador	2.080	-	(77)	2.003
Comportas	573	-	(21)	552
Casa de máquinas	2.004	-	(35)	1.969
Câmara de carga	1.909	-	(34)	1.875
Barragem	6.636	-	(117)	6.519
Máquinas e equipamentos	7	-	(1)	6
	17.050	-	(394)	16.656

	2020	Adições	Depreciação	2021
Terrenos	50	-	-	50
Turbina	2.240	470	(71)	2.639
Conduto	1.193	-	(39)	1.154
Gerador	2.157	-	(77)	2.080
Comportas	594	-	(21)	573
Casa de máquinas	2.039	-	(35)	2.004
Câmara de carga	1.942	-	(34)	1.908
Barragem	6.752	-	(117)	6.635
Máquinas e equipamentos	7	-	(1)	7
	16.974	-	(394)	17.050

c) Análise de redução ao valor recuperável

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Administração avaliou que não há qualquer indicativo de que os valores contábeis de seus ativos não circulantes ou de longa duração não serão recuperados por meio de operações futuras.

Central Hidrelétrica Sucuri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

8. Debêntures

Em 5 de julho de 2018, a Companhia juntamente com o Banco Itaú BBA S.A. estruturou operação de captação de recursos através da emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em seis séries, o agente fiduciário nomeado fora a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários.

Conforme artigo nº 6 da Instrução Normativa 476 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) a Companhia está dispensada do registro de distribuição.

Em 6 de julho de 2018 foram emitidas 14.000 debêntures simples com valor nominal unitário de R\$1.000,00, em seis séries:

Debêntures:	Quantidade de debêntures	Valor das debêntures	Vencimento final
1ª série	2.498	2.498	30/11/2027
2ª série	2.262	2.262	29/12/2027
3ª série	2.257	2.257	28/01/2028
4ª série	2.262	2.262	03/03/2028
5ª série	2.236	2.236	29/03/2028
6ª série	2.485	2.485	28/04/2028
	14.000	14.000	

O valor nominal unitário de cada uma das debêntures será atualizado pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"), e incidirão juros remuneratórios correspondentes a 8,42% ao ano. Esta remuneração será paga semestralmente após o término do período de carência.

	2021		
	Circulante	Não circulante	Total
1ª Série	277	1.811	2.088
2ª Série	283	1.795	2.078
3ª Série	258	1.995	2.253
4ª Série	245	1.980	2.225
5ª Série	256	1.879	2.135
6ª Série	272	2.016	2.288
	1.591	11.476	13.067
Custos de transação (*)	(95)	(718)	(813)
	1.496	10.758	12.254

Central Hidrelétrica Sucuri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

8. Debêntures--Continuação

	2022		
	Circulante	Não circulante	Total
1ª Série	293	1.625	1.918
2ª Série	295	1.606	1.901
3ª Série	274	1.838	2.112
4ª Série	289	1.868	2.157
5ª Série	277	1.770	2.047
6ª Série	307	1.815	2.122
	1.735	10.522	12.257
Custos de transação (*)	(95)	(411)	(506)
	1.640	10.111	11.751

(*) Custos incorridos em virtude da emissão das debêntures, contemplam gastos com: comissão, taxas, assessores jurídicos, registros e outros terceiros, e serão apropriados ao resultado de acordo com o método da taxa efetiva de juros.

A movimentação das Debêntures é conforme apresentada abaixo:

Em 31 de dezembro de 2020	12.008
Juros incorridos	2.237
Custo de captação incorrido (nota 14)	95
Pagamento do principal	(1.008)
Pagamento de juros	(1.078)
Em 31 de dezembro de 2021	12.254
Juros incorridos	1.916
Custo de captação incorrido (nota 14)	307
Pagamento do principal	(1.643)
Pagamento de juros	(1.082)
Em 31 de dezembro de 2022	11.751

Em 2022 foram pagos pela Companhia o valor de R\$ 2.726 (R\$ 2.086 em 2021) referente à emissão de debêntures em 6 (seis) séries, sendo que desse montante R\$ 1.082 (R\$ 1.077 em 2021) reais foram referentes aos juros e R\$ 1.643 (R\$ 1.008 em 2021) a título de amortização do valor principal.

Para assegurar o fiel, pontual e integral cumprimento das obrigações principais e acessórias assumidas pela Companhia no âmbito das debêntures, a Companhia outorgou as seguintes garantias:

Central Hidrelétrica Sucuri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

8. Debêntures--Continuação

- Cessão fiduciária: (a) da totalidade dos recebíveis dos contratos de energia reserva direitos creditórios; (b) dos direitos emergentes do contrato de conexão às instalações de distribuição; (c) dos direitos emergentes do contrato de fornecimentos; (d) dos direitos detidos pela Companhia sobre a conta vinculada; (e) sobre as aplicações financeiras de titularidade da Companhia;
- Alienação fiduciária de 100% das ações de emissão da Companhia pertencentes à ZX Participações S.A. e à Capitale Participações Ltda.;
- Penhor dos equipamentos e geradores do projeto de titularidade da Companhia;
- Fiança dos garantidores;
- Fiança bancária.

Os recursos serão utilizados para reembolso ou quitação das despesas e/ou dívidas incorridas na construção e implantação dos projetos da usina hidrelétrica.

O financiamento via debêntures estabelece que o ICSD (Índice de Cobertura sobre o Serviço da Dívida = geração de caixa da atividade / serviço da dívida) deve ser maior ou igual a 1,20 a ser calculado semestralmente. Para o período findo em 31/12/2022 o ICSD foi calculado em 1,25 ou seja, o índice não foi atendido.

Central Hidrelétrica Sucuri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

8. Debêntures--Continuação

A cláusula 6.1.1.2., subitem XXVII. da Escritura de Debêntures estabelece que o não atingimento do ICSD constitui evento de inadimplemento que acarreta o vencimento antecipado não automático das obrigações decorrentes da escritura de emissão, exceto caso o ICSD esteja no intervalo entre 1,05 (um inteiro e cinco centésimos) (inclusive) e 1,20 (um inteiro e vinte centésimos) (exclusive) e a Emissora efetue o depósito na Conta Vinculada dos recursos necessários para que o cálculo do ICSD, considerando a totalidade dos recursos mantidos na Conta Vinculada, atinja 1,20 (um inteiro e vinte centésimos), no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data do envio do relatório de verificação do referido índice.

A Companhia mantém em conta vinculada o valor necessário para que o cálculo do ICSD atinja o valor alvo de 1,20 na data base do cálculo.

A seguir a maturidade da dívida:

	2022
	Saldo debêntures
Ano de vencimento	
2023	1.640
2024	2.011
2025	2.263
2026	2.366
2027	2.564
2028	907
	11.751

Central Hidrelétrica Sucuri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

9. Partes relacionadas

As relações e transações com partes relacionadas são realizadas em condições comerciais e financeiras definidas entre as partes.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Passivo		
Dividendos a pagar		
ZX Participações S.A.(b)	401	335
Capitale Participações Ltda (b)	212	167
	<u>613</u>	<u>502</u>
Empréstimo		
ZX Participações S.A. (c)	1.443	1.458
Capitale Participações Ltda. (a)	640	640
Total empréstimos com partes relacionadas	<u>2.083</u>	<u>2.099</u>
Total no passivo	<u>2.696</u>	<u>2.601</u>

- (a) Empréstimo concedido pela Capitale Participações Ltda. no período compreendido entre 7 de outubro e 27 de dezembro de 2017, com o objetivo de assegurar andamento das obras, e posterior investimento na Companhia, por meio de ingresso na sociedade. Esse montante não tem encargo financeiro. Não há garantias concedidas.
- (b) A Companhia deliberou em Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2022 a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios que deverão ser pagos aos acionistas até 31 de dezembro de 2024.
- (c) Empréstimo concedido pela acionista controladora no período compreendido entre 4 de novembro de 2016 e 28 de junho de 2018, com o objetivo de assegurar andamento das obras, e posterior investimento na Companhia. Vencimento para até 31 de dezembro de 2022.

Em 31 de dezembro de 2021	2.601
Pagamentos	(416)
Recebimentos	401
Provisão Dividendos	110
Em 31 de dezembro de 2022	<u>2.696</u>

No empréstimo entre as partes, houve a movimentação financeira de transferência de recursos, sem impacto de resultado.

Remuneração da Administração

Não ocorreu deliberação de remuneração a ser concedida à Diretoria, representada pelo seu acionista controlador, uma vez que a Companhia faz parte do Grupo Econômico ZX Energia, na qual possui diversos outros negócios, e possui uma administração compartilhada.

A Administração não possui outros benefícios pós-emprego ou outros benefícios.

Central Hidrelétrica Sucuri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

a) Destinação do resultado

Dos lucros líquidos apurados no balanço anual, serão deduzidos: (i) 5% antes de qualquer destinação para a constituição da reserva legal até o limite de 20% do capital social; (ii) importância para o pagamento do dividendo obrigatório de, no mínimo, 25% do lucro líquido ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os lucros remanescentes terão a destinação que for aprovada pela Assembleia Geral dos acionistas, de acordo com proposta formulada pela Diretoria.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Lucro líquido do exercício	<u>344</u>	234
Reserva legal – 5%	17	12
Dividendos mínimos obrigatórios – 25%	111	52
Constituição de reserva de lucro a ser destinada em assembleia	250	170

b) Reservas de lucros

A Reserva legal é constituída anualmente com a destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de retenção de lucros é formada pelos resultados após a destinação de dividendos obrigatórios, sendo apresentada anualmente pela Administração em assembleia de acionistas para destinação.

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Saldo inicial	<u>1.236</u>	1.054
Distribuição de dividendos	(111)	(52)
Reserva legal - 5%	17	12
Constituição de reserva de lucro a ser destinada em assembleia	250	170
Saldo final - Reservas de lucros	<u>1.469</u>	<u>1.236</u>

12. Receita operacional líquida

Central Hidrelétrica Sucuri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Venda de energia elétrica - CCEE	2.893	2.623
Venda de Energia elétrica - Ressarcimento	1.093	1.246
Impostos sobre vendas	(150)	(93)
	3.836	3.776

13. Despesas por função e natureza

13.1. Despesas gerais

	2022	2021
Classificação por função:		
Custos	(887)	(696)
Despesas gerais e administrativas	(156)	(365)
Despesas tributárias	(21)	(26)
	(1.064)	(1.087)

	2022	2021
Classificação por natureza:		
Serviços prestados - pessoa jurídica	(278)	(114)
Serviços prestados - manutenção	(10)	(80)
Manutenção de máquinas e equipamentos	(19)	(87)
Despesas com assessoria contábil	(17)	(11)
Despesas com seguros	(38)	(39)
Encargos do setor elétrico	(267)	(213)
Impostos e taxas diversas	(21)	(29)
Depreciação (nota 7)	(394)	(394)
Outras despesas	(20)	(120)
	(1.064)	(1.087)

Central Hidrelétrica Sucuri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

14. Resultado financeiro

	<u>2022</u>	<u>2021</u>
Receitas financeiras		
Rendimentos sobre equivalente de caixa	-	1
Rendimentos sobre aplicações financeiras (caixa restrito)	53	13
	<u>53</u>	<u>14</u>
Despesas financeiras		
Juros e atualização monetária sobre debêntures	(1.916)	(2.314)
Custos de transação (nota 8)	(307)	(95)
Outras despesas financeiras	(135)	-
	<u>(2.357)</u>	<u>(2.408)</u>
	<u>(2.305)</u>	<u>(2.394)</u>

15. Imposto de renda e contribuição social

		<u>2022</u>	<u>2021</u>
Faturamento recebido		4.123	3.480
Alíquota da base	8%		
Base de cálculo do IRPJ		330	278
Alíquota nominal	15%	49	41
Alíquota adicional	10%	27	3
IRPJ		<u>76</u>	<u>45</u>
Faturado		4.123	3.480
Alíquota da base	12%		
Base de cálculo da CSLL		495	417
Alíquota nominal	9%	45	37
CSLL		<u>45</u>	<u>37</u>
Alíquota efetiva - IRPJ		1.81%	1,31%
Alíquota efetiva - CSLL		0.0108	1,08%

Central Hidrelétrica Sucuri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

16. Seguros

A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratados em montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Risco	Tipo de cobertura	Importância segurada (R\$)	Vigência
Danos materiais	Compreensivo empresarial material	17.011	Fev/2023 a
Lucros cessantes		3.828	Fev/2024
		<u>20.840</u>	

As premissas adotadas para a contratação dos seguros, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram auditadas pelos auditores independentes.

17. Instrumentos financeiros

A Companhia está exposta principalmente a risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais.

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

a) Fatores de risco financeiro (gerenciamento de risco)

Os principais riscos inerentes às operações da Companhia e a forma de controle e mitigação, quando aplicáveis, são assim descritos.

- (i) Risco de crédito: a Companhia restringe sua exposição a riscos de créditos associados aos bancos e às aplicações financeiras, efetuando seus investimentos em instituições financeiras de primeira linha e com remuneração em títulos de curto prazo;

Central Hidrelétrica Sucuri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Fatores de risco financeiro (gerenciamento de risco)--Continuação

(ii) Riscos de liquidez: risco de a Companhia não possuir recursos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de tesouraria;

(iii) Risco de taxa de juros: A Companhia está exposta ao risco que uma variação de taxa de juros ou que o aumento dos encargos financeiros das renegociações das dívidas cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. Os valores lançados na conta vinculada as debêntures contratadas pela Companhia, bem como o saldo devedor daí decorrente, sofrem incidência de juros e encargos conforme divulgados na nota 8.

vi) *Classificação dos instrumentos financeiros por categoria*

No quadro a seguir são apresentados e classificados os principais instrumentos financeiros da Companhia por categoria em cada uma das datas apresentadas:

	2022	2021	Nível	Classificação por categoria
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalente de caixa	284	69	2	Mensurados a valor justo por meio do resultado
Contas a Receber	255	237	-	Custo amortizado
Contas a Receber - CER	1.039	769	-	Custo amortizado
Não circulante				
Aplicações financeiras (caixa restrito)	243	255	2	Mensurados a valor justo por meio do resultado
Contas a receber - CER	553	774	-	Custo amortizado
Total ativos financeiros	2.374	2.288		-
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	125	110	-	Custo amortizado
Debêntures	1.640	1.496	2	Mensurados a valor justo por meio do resultado
Dividendos a Pagar	120	120	-	Custo amortizado
Não circulante				
Debêntures	10.111	10.759	2	Mensurados a valor justo por meio do resultado
Dividendos a Pagar	493	382	-	Custo amortizado
Partes Relacionadas	2.083	2.099	-	Custo amortizado
Total passivos financeiros	14.572	14.966		

Central Hidrelétrica Sucuri S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2022 e 2021

(Em milhares de reais (R\$), exceto quando indicado de outra forma)

17. Instrumentos financeiros--Continuação

a) Fatores de risco financeiro (gerenciamento de risco)--Continuação

iv) *Classificação dos instrumentos financeiros por categoria*--Continuação

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos com sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, e valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado. A Companhia classifica os instrumentos financeiros, como requerido pelo CPC 46 - Mensuração do Valor Justo, conforme demonstrado a seguir, quando aplicável:

- Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;
- Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e
- Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

18. Eventos subsequentes

Entendimento do STF sobre a eficácia temporal da coisa julgada

O entendimento do STF sobre a eficácia temporal da coisa julgada não é aplicável ao processo 0550233-96.2018.8.05.0001, em trâmite perante a 3ª Vara da Fazenda Pública de Salvador - TJBA, uma vez que a Companhia ainda não teve julgamento individual dos processos, e tampouco o julgamento do Tema 986 pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Logo, não há decisão transitada em julgado que pudesse ter a eficácia temporal relativizada nos termos do entendimento fixado pelo Supremo Tribunal Federal nos Temas 885 e 881.